

ANÁLISE DE CONTEÚDO E TÉCNICAS DE PESQUISA NA INVESTIGAÇÃO DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA LOCAL: REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO

ANÁLISIS DE CONTENIDO Y TÉCNICAS DE INVESTIGACIÓN EN EL ESTUDIO DE LA PRODUCCIÓN LEGISLATIVA LOCAL: REFLEXIONES DESDE UN ESTUDIO DE CASO

CONTENT ANALYSIS AND RESEARCH TECHNIQUES IN INVESTIGATION OF LOCAL LEGISLATIVE PRODUCTION: REFLECTIONS FROM A CASE STUDY

Thaís Cavalcante Martins¹

<https://orcid.org/0000-0003-4595-1849>
<http://lattes.cnpq.br/5764763788709997>

Recebido em: 08/05/2021

Aceito em: 16/12/2021

RESUMO: Qual o conteúdo das proposições formuladas no Legislativo municipal? Esta nota de pesquisa tem por objetivo analisar a produção legislativa da Câmara Municipal de São Carlos/SP entre os anos de 2001 a 2008. Para tanto, recorremos a análise de documentos como técnica de pesquisa da análise de conteúdo. O estudo resgata alguns dos pressupostos de Laurence Bardin e discute os procedimentos necessários na construção da pesquisa. Dentre os principais resultados é possível destacar a maior frequência das matérias que têm como tema pedidos de interesse social e serviços públicos com implicação direta no cotidiano do eleitor.

Palavras-chave: análise documental; análise de conteúdo, produção legislativa, Câmara Municipal.

RESUMEN: ¿Cuál es el contenido de las propuestas formuladas en la legislatura municipal? Esta nota de investigación tiene como objetivo analizar la producción legislativa del Municipio de São Carlos/SP entre los años 2001 y 2008. Para eso, utilizamos el análisis de documentos como técnica de investigación para el análisis de contenido. El estudio rescata algunos de los supuestos de Laurence Bardin y analiza los procedimientos necesarios en la construcción de la investigación. Entre los principales resultados, es posible destacar la mayor frecuencia de materias que tienen como tema solicitudes de interés social y servicios públicos con implicación directa en la vida cotidiana del votante.

Palabras-claves: análisis de documentos; análisis de contenido, producción legislativa, Câmara Municipal.

ABSTRACT: What is the content of the proposals formulated in the municipal legislature? This research note aims to analyze the legislative production of the Municipality of São Carlos/SP between the years 2001 and 2008. For this purpose, we use

¹Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos. Atualmente é pesquisadora de pós-doutorado no Centro de Estudos SoU_Ciência da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). E-mail: thais.cmaartins@gmail.com

document analysis as a research technique for content analysis. The study rescues some assumptions of Laurence Bardin and discusses the necessary procedures in the construction of the research. Among the main results, it is possible to highlight the greater frequency of articles that have as a theme request for social interest and public services with the direct implication in the voter's daily life.

Keywords: Document analysis; Content analysis, Legislative Production, City Council.

INTRODUÇÃO

Mesmo após quase três décadas de experiência democrática, as percepções sobre o funcionamento da democracia brasileira continuam caracterizadas pelo grau de individualismo de seus legisladores (Lemos e Ricci, 2011). Os parlamentares, sobretudo aqueles que atuam nas esferas subnacionais de governo, são identificados como gerenciadores dos interesses de sua *constituency* (Almeida e Lopez, 2014; Ávila Filho, Lima e Jorge, 2011).

A argumentação usual assume a existência da “conexão eleitoral”², conforme entendido por Meyhew (1974). De acordo com parcela da literatura, a atuação dos representantes estaria pautada pela sobrevivência política, de modo que os parlamentares tenderiam a atribuir maior atenção as suas bases eleitorais. Esse argumento, geralmente, toma como base os estudos do Congresso norte-americano e assume que a estratégia na produção legislativa se concentra na adoção de políticas de tipo *pork barrel*³ (Mainwaring, 1999; Ames, 2003).

Todavia, já há muito tempo, um conjunto de pesquisadores têm destacado o papel dos partidos políticos, o desempenho das lideranças partidárias, e o peso das regras internas do Congresso como importantes variáveis a serem levadas em conta no exame do processo decisório e na produção legislativa (Figueiredo e Limongi, 1995; Santos 1997; Amorim Neto 2000).

Estudos empíricos revelaram que a produção legislativa em âmbito federal não está caracterizada pelo “domínio dos assuntos paroquiais” (Figueiredo e Limongi, 1999, 2002; Lemos 2001; Ricci 2003; Gomes 2013). As análises demonstraram que a investigação do conteúdo das proposições é basilar para o exame do comportamento legislativo.

Esta nota de pesquisa analisa a produção legislativa dos vereadores em um município brasileiro, a cidade de São Carlos/SP, entre os anos de 2001 a 2008. Em especial, procura destacar se a formulação das matérias esteve caracterizada pelo universalismo ou distributivismo. Para tanto, tomamos como objeto de análise a produção legislativa do período que inclui projeto de lei, indicações e requerimentos.

É importante frisar que quando se trata da produção legislativa municipal a investigação não deve estar restrita apenas aos projetos de lei, conforme ocorre com os estudos que se preocupam com outras esferas de governo (Martins, 2020). No município, em razão das restrições legais⁴, o comportamento dos vereadores deve ser investigado levando em conta as

² Meyhew (1974) utiliza o conceito de “conexão eleitoral” e “modelo de duas arenas” para explicar a influência da esfera eleitoral sobre a esfera legislativa condicionando o comportamento dos parlamentares. Segundo esse modelo, a atuação dos parlamentares no Legislativo é uma consequência funcional da necessidade de se obter votos, garantindo o retorno eleitoral (Pereira e Mueller, 2003, p. 736).

³ O termo tem sido empregado para classificar políticas e serviços cujos custos são difusos entre a população e os benefícios são concentrados em determinados territórios.

⁴ A iniciativa de lei em âmbito local é disciplinada pelo ordenamento jurídico federal. Ou seja, o círculo de competências municipais está delineado pela Constituição, de modo que está vedado ao vereador a apresentação de projeto de lei que gere

suas práticas mais cotidianas. É no pedido de indicação e requerimento que o comportamento do vereador se revela⁵.

Considerando a centralidade da produção legislativa no exame do comportamento parlamentar, o que procuramos responder é: qual o conteúdo das proposições formuladas na Câmara Municipal? Para responder a essa questão recorremos à análise de documentos como técnica de pesquisa da análise de conteúdo.

A análise temática das proposições legislativas, que revelam o conteúdo das matérias, tem sido objeto de estudos de uma gama de pesquisadores que, em grande medida, buscaram salientar os determinantes presentes tanto na arena eleitoral quanto na arena parlamentar (Amorim Neto e Santos, 2003; Ricci, 2003; Ricci e Lemos, 2004; Gomes 2013).

O texto está organizado em três seções, além desta introdução. Na primeira seção retomamos alguns conceitos fundamentais relativos à análise documental e à análise de conteúdo. Resgatamos o estudo seminal de Laurence Bardin que discute procedimentos e técnicas de pesquisa para a construção da análise de conteúdo. O objetivo é reconstituir as etapas necessárias na construção do estudo de forma a manter o rigor metodológico. Na segunda seção empregamos as técnicas apresentadas para o caso da análise da produção legislativa da Câmara Municipal de São Carlos/SP. O objetivo da seção, que apresenta os dados empíricos, é identificar o conteúdo das proposições a partir da elaboração de categorias de análise. Por fim, a terceira seção traz as considerações finais e uma discussão dos principais resultados obtidos na pesquisa.

ANÁLISE DOCUMENTAL E ANÁLISE DE CONTEÚDO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA NA INVESTIGAÇÃO DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA

Estudos baseados na análise de documentos permitem a reconstrução de fatos e acontecimentos que estariam prejudicados se fundamentados apenas a partir da memória. Ainda que os estudos históricos assentados na comunicação oral sejam importantes na construção do conhecimento, os fatos transmitidos a partir da oralidade podem sofrer alterações de uma fonte para outra, reduzindo a sua confiabilidade (Richardson, 2012).

Os documentos escritos, por sua vez, permitem a transmissão e a reconstrução de fenômenos a partir de maior critério de confiabilidade; ainda que eles também tenham as suas armadilhas (Cellard, 1998).

Alguns elementos como o contexto histórico do documento, os autores, a autenticidade, a confiabilidade do texto e a sua natureza, são dimensões importantes do documento, devendo ser objeto de investigação e crítica do pesquisador atento (Cellard, 1998; Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009).

Para compreender os desafios de uma análise documental é preciso retomar a própria ideia de documento. Cervo e Bervian (1983, p.79) definem documento como “toda base de conhecimento fixado materialmente e suscetível de ser utilizado para consulta ou estudo”. Em uma abordagem mais ampla Cellard (1998, p.296) aponta que os “vestígios do passado” – que

despesas ao município. Em conformidade com a Constituição a Lei Orgânica do Município de São Carlos, em seu art.49, prevê que nenhum projeto de lei que implique em criação ou aumento de despesa pública será sancionado sem a descrição dos recursos disponíveis, já previstos em orçamento – elaborado pelo Executivo.

⁵ Sobre a centralidade das indicações e requerimentos no processo legislativo municipal ver: Martins (2020).

servem como “testemunhos” – podem ser considerados documentos. Ou seja, não apenas os registros escritos, mas também aqueles de “natureza iconográfica” podem ser qualificados como documentos.

A despeito disso, nesta pesquisa nos debruçamos apenas sob os documentos escritos e públicos. Ou seja, aqueles que compõem os arquivos governamentais. Mais especificamente, avaliamos apenas os arquivos da Câmara Municipal.

Em termos gerais, a análise documental consiste na investigação de fenômenos sociais por meio de operações determinadas. Os pesquisadores que trabalham com documentos escritos devem observar determinados procedimentos antes de iniciar a análise do material em profundidade. Os analistas devem se certificar da credibilidade do material, bem como de sua representatividade. Tais procedimentos incluem desde a codificação de informações até o estabelecimento de categorias, de modo que a análise de documentos é uma das técnicas utilizadas na análise de conteúdo.

Nos últimos anos os cientistas políticos têm feito amplo uso da metodologia. O campo dos estudos legislativos recebeu valiosa contribuição dos pesquisadores interessados em compreender a relação entre os poderes, a organização interna dos órgãos representativos e o comportamento parlamentar, valendo-se, por vezes, da investigação documental. Sem embargo, a análise de documentos e a análise de conteúdo requer a execução de determinadas etapas na construção do estudo, de modo a manter o rigor científico e metodológico.

ELEMENTOS CONCEITUAIS PARA A ANÁLISE DE CONTEÚDO: ETAPAS PARA A CONSTRUÇÃO DO ESTUDO

Em seu estudo seminal “Análise de Conteúdo”, Laurence Bardin constrói um guia útil aos pesquisadores interessados no tema. A autora indica que o ponto de partida da análise é a organização e a sistematização. De acordo com Bardin (1977) a análise de conteúdo deve ser decomposta em três etapas: 1) pré-análise, 2) análise do material, 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A primeira dessas etapas, a pré-análise, consiste na organização do material, com vistas a operacionalizar e sistematizar as ideias iniciais. Nesta fase é recomendável alguns procedimentos como a leitura sumária do material, a escolha de documentos, a formulação de objetivos e hipóteses, bem como a elaboração de indicadores com base nos documentos.

O contato prévio com o documento permite que o pesquisador reconheça os conceitos fundamentais para a sua análise que, portanto, se relacionam com os objetivos de sua pesquisa.

A escolha de documentos requer do analista certa prudência. Uma vez que o conjunto de materiais analisados devem seguir os critérios de *exaustividade*, *representatividade*, *homogeneidade* e *adequação*.

Nesse sentido, uma vez escolhido o tipo de documento que se irá analisar é necessário que se realize um levantamento *exaustivo* do mesmo, não sendo possível deixar de fora documentos “seja por dificuldade de obtenção ou compreensão, sem afetar o rigor científico” (Richardson, 2012, p. 232).

No caso da *representatividade* é importante que o pesquisador se atenha na seleção documentos e amostras que sejam expressivas de um conjunto. Os documentos inseridos na amostra devem cumprir os critérios determinados na seleção, de modo que sejam *homogêneos*, devendo-se evitar as particularidades.

Por fim, o pesquisador deve se assegurar de que o conjunto selecionado proporcione as informações necessárias e *adequadas* para a realização da pesquisa (Richardson, 2012).

A segunda etapa indicada por Bardin (1977), a análise do material, consiste na codificação e categorização das informações. É nesta etapa que ocorre a execução dos procedimentos mencionados até aqui. Em linhas gerais, a codificação pode ser compreendida como uma identificação por meio de unidades de registro e unidades de contexto.

A unidade de registro é a desagregação da mensagem em seus elementos constitutivos: palavras, tema, objeto ou referente, personagem, acontecimento e documento (Bardin, 1977). A unidade de contexto “serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registro) são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro” (Bardin, 1977, p. 107). O Quadro 01 traz uma descrição dos componentes das unidades de registro:

Quadro 01- Unidades de registro

UNIDADES DE REGISTRO	DESCRÍÇÃO
Palavras	Trata-se da menor unidade utilizada na análise de conteúdo. É possível considerar todas as palavras do texto ou se restringir apenas às palavras-chave.
Tema	É uma unidade de significação complexa. Uma frase ou conjunto de frases, a partir da qual se pode formular diversas observações. O tema tem sido utilizado como unidade de registro para o estudo de motivações, atitudes, opiniões, entre outros.
Objeto ou referente	Trata-se de “temas eixo”. São os temas em torno dos quais o discurso se organiza. Nesta etapa o texto é recortado em função desses temas, e em seguida agraga-se tudo o que o locutor informa a seu respeito.
Personagem	É o sujeito de uma determinada ação, que é tomado como objeto de análise. Nesse caso a codificação se faz em relação às características ou atributos desse ator/personagem.
Acontecimento	A unidade de registro é o acontecimento em si. Os relatos dos mais variados tipos são considerados unidades para a observação e avaliação.
Documento	O documento é a própria unidade de registro. As respostas às questões abertas ou a uma entrevista também podem ser consideradas unidade de registro.

Fonte: elaboração da autora, a partir Bardin (1977)

Conforme indicado por Bardin (1977, p. 107), “a unidade de registro existe no ponto de intersecção de unidades perceptíveis (palavra, frase, documento material, personagem físico) e de unidades semânticas (temas, acontecimentos, indivíduos)”. O que se procura estabelecer é um recorte formal nas práticas como análise temática e categorial.

Uma vez que se realize a análise desses elementos, por meio da exploração e codificação dos materiais, é preciso classificá-los. De acordo com Bardin (1977, p.117):

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns desses elementos.

A categorização pode ser realizada de duas formas. Na primeira, o sistema de categorias é estabelecido de maneira prévia e os elementos são distribuídos entre essas categorias. Na segunda, o sistema de categoria não está dado e a classificação dos elementos é progressiva. Richardson (2012) indica que na ausência de esquemas padronizados de classificação, o pesquisador deve estabelecer categorias confrontando teorias e dados.

De todo modo, as categorias utilizadas devem apresentar determinadas características, entre elas: exaustividade, exclusividade, concretude, homogeneidade, objetividade e fidelidade (Richardson, 2012, p. 240). Cada uma dessas características prevê o aprimoramento na definição das categorias. O Quadro 02 traz uma síntese destes atributos:

Quadro 02 – Elementos para a categorização

CARACTERÍSTICA	DESCRÍÇÃO
Exaustividade	A categoria deve permitir a inclusão de todos os elementos levantados que se referem a um determinado tema.
Exclusividade	Nenhum elemento pode ser classificado em mais de uma categoria. Ou seja, elas devem estar definidas de tal maneira que não permitam dupla classificação.
Concretude	As classificações devem ser objetivas, evitando termos abstratos. É importante que as categorias concretas permitam a fácil classificação dos elementos.
Homogeneidade	As categorias devem estar fundamentadas em um mesmo princípio de classificação. Dito de outra forma, a classificação deve se homogênea.
Objetividade e fidelidade	O pesquisador deve definir de maneira objetiva quais são as variáveis e indicadores que determinam a classificação de um elemento em uma determinada categoria. Classificações bem definidas evitam viés em razão de subjetividades.

Fonte: elaboração da autora, a partir de Richardson (2012)

Na fase de análise, os dados são organizados e agregados em unidades, viabilizando a descrição das características relativas ao conteúdo. Nesta etapa o pesquisador realiza uma descrição analítica, orientado, sobretudo, por seus referenciais teóricos e por suas hipóteses de pesquisa.

A terceira etapa constituída pelo tratamento dos resultados, inferência e interpretação é destinada à elaboração de dados que condensem e destaquem as informações fornecidas para a análise. Bardin (1977) observa que os resultados devem ser tratados de maneira que se tornem significativos e válidos.

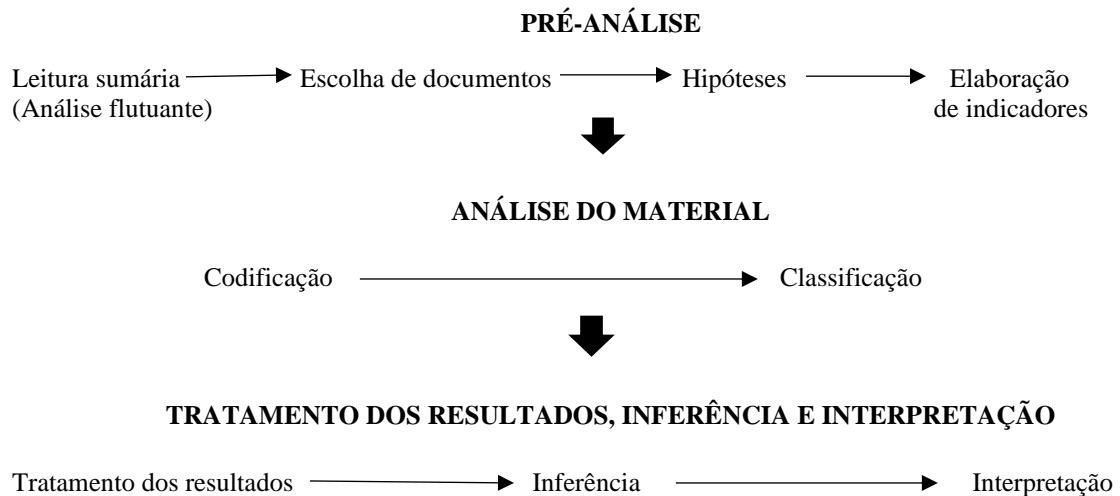
Nesta etapa um procedimento importante é a inferência⁶. Quando se trata de análise de conteúdo, produzir inferência significa elaborar conjecturas a partir de pressupostos teóricos e analíticos, por meio dos quais o pesquisador realiza um estudo mais aprofundado dos fatos.

⁶ Inferência pode ser compreendida como uma operação pela qual se admite uma proposição em razão de sua relação com outras proposições tidas como verdadeiras (Bardin, 1977)

Em outras palavras, as inferências levam às interpretações, e essas se dão no sentido de desvendar informações contidas no conteúdo do texto ou no documento.

A Figura traz uma síntese das etapas necessárias para a construção do estudo, conforme sugerido por Bardin (1977):

Figura 01- Etapas de organização da análise de conteúdo



Fonte: elaboração da autora, a partir de Bardin (1977)

Conforme destacado na Figura 01 a consecução das etapas é necessária para manter o rigor metodológico. Em análise de conteúdo é difícil predizer um nível aceitável de confiabilidade. Nesse sentido, desempenhar as etapas propostas contribui para que o pesquisador elabore classificações bem definidas, evitando viés em razão de subjetividades.

Na próxima seção empregamos as técnicas apresentadas aqui para a análise da produção legislativa da Câmara Municipal de São Carlos. O objetivo é identificar o conteúdo das proposições a partir da elaboração de categorias de análise.

ELABORAÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE: O CONTEÚDO DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA

Uma das maneiras de examinar o comportamento parlamentar é verificar a formulação das proposições legislativas. Por meio da análise do conteúdo das proposições é possível investigar a agenda dos poderes e as preferências políticas dos atores, que são marcadas, entre outras coisas, pelo processo político.

Nesta seção apresentamos a produção legislativa da Câmara Municipal de São Carlos entre os anos de 2001 a 2008, destacando se a formulação das matérias esteve caracterizada pelo universalismo ou distributivismo. Para tanto, tomamos como objeto de análise a produção do período que inclui projeto de lei, indicações e requerimentos.

No município, em razão das restrições legais, as indicações e requerimentos se constituem enquanto importante mecanismo de assessoramento. Esses dispositivos legais permitem que

os vereadores contribuam com a administração pública através de sugestões de prestação de serviços de interesse público, encaminhadas ao Executivo ou ao órgão administrativo competente⁷.

Diante disso, por meio da análise das indicações, requerimentos e projetos de lei é possível conhecer a agenda legislativa da Câmara Municipal.

No que se refere a agenda política, a literatura especializada propôs que as prerrogativas do Executivo teriam instituído uma separação de temas. O poder Executivo lidaria com temas econômicos e administrativos enquanto o Legislativo se voltaria para as temáticas sociais (Figueiredo e Limongi, 1999; Santos, 2003; Amorim Neto e Santos, 2003). Sem embargo, outros estudos realizados em âmbito federal, com foco nas emendas orçamentárias, apontaram para a “fusão de agenda” substantiva do Executivo e de parte do Legislativo, em razão da antecipação de reações (Figueiredo e Limongi, 2009).

Nessa seção buscamos destacar quais são os condicionantes para a concentração em áreas temáticas. O estudo concentra-se na análise documental dos arquivos da Câmara Municipal do município e toma como referência métodos e técnicas da análise de conteúdo.

Seguindo as orientações de Bardin (1977) a investigação da produção legislativa foi decomposta em três etapas: 1) pré-análise, 2) análise do material, 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

No primeiro momento, procedemos com a escolha do material, a formulação de hipóteses e de indicadores para a interpretação dos resultados.

O material utilizado são as proposições transformadas em processos formais que foram protocolados, registrados e cadastrados como produção legislativa do vereador. Ao todo foram analisadas 8.743 matérias entre indicações, requerimentos e projetos de lei de 22 vereadores⁸ que tiveram assento na Câmara nas duas legislaturas analisadas (2001-2004 e 2005-2008).

Com base na leitura sumária do material formulamos a seguinte hipótese:

Hipótese - A posição do vereador no jogo político (oposição ou governo) importa para a iniciativa na formulação de cada uma das proposições. De maneira que os vereadores ligados ao governo têm mais incentivos para encaminhar indicações em detrimento a requerimentos; enquanto os vereadores da oposição têm mais incentivos para encaminhar requerimentos, visto que esses exigem resposta do poder Executivo.

A partir da hipótese consideramos como um indicador válido *o número de encaminhamentos de cada uma dessas proposições*, tomando como referência a posição

⁷ As indicações não têm força legal tal como o projeto de lei, trata-se de uma sugestão que pode ou não ser incorporada pelo prefeito, sem que este tenha o compromisso de prestar contas formalmente de sua decisão aos parlamentares. O requerimento se diferencia da indicação na medida em que este se constitui enquanto um instrumento para a solicitação de providências quanto a assuntos diversos, como pedidos de informação. O Executivo, por sua vez, tem prazo para providenciar as informações solicitadas nos requerimentos, se não o fizer estará sujeito a punições por infração político-administrativa, importando em crime de responsabilidade. Para mais informações ver Martins (2015).

⁸ No período de 2001-2004 a Câmara Municipal era composta por 21 vereadores, no decorrer da legislatura um dos parlamentares foi afastado e substituído por seu suplente. As matérias de ambos os vereadores foram analisadas, elevando o N de 21 para 22. Com as Resoluções do TSE nº 21.702 e nº 21.803 ficou definido para as eleições municipais de 2004 uma relação entre faixas populacionais e quantidade de cadeiras das Câmaras Municipais, de modo que São Carlos passaria de 21 para 13 assentos legislativos. Todavia, em razão da baixa renovação parlamentar o N permanece sendo 22.

política dos vereadores⁹. Outro indicador utilizado foi *número de pedidos de fiscalização e informação*, que evidencia o tipo de relação entre Legislativo e o Executivo.

Uma vez cumpridos os procedimentos mencionados e formuladas as hipóteses e indicadores, foi possível iniciar a análise do material. A codificação consiste em uma etapa fundamental da construção da pesquisa, visto que ela é capaz de atribuir maior confiabilidade à investigação.

Neste estudo de caso adotamos como unidade de registro o *tema*. Essa operação consiste em “isolar temas de um texto e extrair as partes utilizáveis, de acordo com o problema pesquisado, para permitir a sua comparação com outros textos escolhidos da mesma maneira” (Richardson, 2012, p. 243). Em geral, os pesquisadores fazem uso de dois tipos de temas: “principais” e “secundários”. Richardson (2012, p. 243) esclarece que “o primeiro define o conteúdo da parte analisada de um texto; o segundo especifica diversos aspectos incluídos no primeiro”.

Entre as diversas técnicas de análise de conteúdo uma das mais utilizadas é a análise por categoria. Esse tipo de análise consiste na decodificação do texto em elementos, ou em temas, a partir dos quais são construídas as categorizações.

Para o desenvolvimento da análise as proposições legislativas foram agrupadas em categorias a partir do tema central que versam. Em razão da diversidade de assuntos as matérias encaminhadas pelos vereadores da Câmara Municipal foram agrupadas em 25 categorias, que procuram atender aos critérios de exaustividade, exclusividade, concretude, homogeneidade, objetividade e fidelidade. As categorias são:

- I. **Legislação e Justiça:** altera em parte a redação de lei municipal e celebra acordos jurídicos;
- II. **Urbanização, Obras e Saneamento:** trata de questões relativas ao planejamento urbano, uso e ocupação do solo, atividades inerentes a construção de obras públicas, abertura e pavimentação de vias públicas, pontes, viadutos e canais de redes de drenagem, além de pedidos de serviço de tapa-buraco e iluminação de rua;
- III. **Transporte e Trânsito:** dispõe sobre o gerenciamento e fiscalização da execução das modalidades do transporte público de passageiros, e da sinalização de vias.
- IV. **Habitação:** estabelece as diretrizes da política habitacional do município;
- V. **Educação, Ciência e Tecnologia:** se refere ao desenvolvimento, execução e controle da política educacional do município, bem como da implementação de atividades científicas e tecnológicas no âmbito da administração municipal, além de firmar convênios e concessão de bolsas de estudo;
- VI. **Cultura e Lazer:** versa sobre atividades relativas à preservação da memória no plano estético, paisagístico e de patrimônio histórico, cultural e artístico; bem como de atividades recreativas voltadas ao lazer;
- VII. **Direitos Humanos e Cidadania:** trata de políticas para a afirmação e fortalecimento dos direitos humanos, visando a desconstrução da violência; se refere a políticas de promoção da igualdade de gênero e racial, bem como de combate a todas as formas de discriminação;
- VIII. **Relações do Trabalho:** versa sobre assuntos relativos às relações de trabalho dos servidores públicos municipais (da Administração Direta e Indireta, e da Câmara – quando for o caso), e de apoio à integração no mercado de trabalho;
- IX. **Defesa do Consumidor:** tem como atribuição acompanhar e fiscalizar as ações do órgão de Defesa do Consumidor (PROCON);

⁹ A posição política dos vereadores foi auto-declarada em entrevista semi-estruturada.

- X. **Saúde:** refere-se às políticas de saúde de cuidado ambulatorial e hospitalar, bem como de ações de vigilância sanitária e epidemiológica;
- XI. **Promoção Social:** versa sobre programas de amparo as famílias, as mulheres, ao idoso, as pessoas portadoras de necessidades especiais, a população em situação de rua e aos adolescentes em situação de risco; além de discutir políticas setoriais para o combate à pobreza;
- XII. **Meio Ambiente:** refere-se a matérias de proteção ambiental, preservação de recursos naturais, planejamento, projetos, obras e serviços públicos urbanos com intervenção ambiental, estabelecimento de convênios para a proteção do meio ambiente, bem como a concessão de bolsas de estudo para esses fins;
- XIII. **Ética:** trata de procedimento disciplinar destinado à aplicação de penalidades em casos de descumprimento das normas relativas ao decoro parlamentar, ou improbidade administrativa;
- XIV. **Economia Finanças e Orçamento:** refere-se a assuntos de caráter financeiro, especialmente sobre diretrizes orçamentárias, proposta de orçamento anual e plurianual. Trata de temas tributários relativos à abertura de créditos adicionais, suplementares, empréstimos públicos e que alterem a despesa ou receita do município. Também propõe a fixação e alteração de vencimentos do funcionalismo; além de conceder subvenção a entidades de caráter social, assistencial, esportivo, cultural e desportivo.
- XV. **Administração e Política:** dispõe sobre temas político-institucional, trata de assuntos relativos a Administração Direta, Indireta e da Câmara no que tange a organização e gestão de pessoal. Propõe relações com o terceiro setor, com o governo federal e estadual. Firma convênios e declara entidades sociais como de utilidade pública;
- XVI. **Religião:** trata de assuntos relativos a temas religiosos a partir do exercício de crenças, cultos e festividades;
- XVII. **Proteção Animal:** dispõe sobre a garantia e o bem-estar dos animais, através do resgate e medidas protetoras;
- XVIII. **Energia:** refere-se à instalação e transmissão de energia no município;
- XIX. **Esporte:** trata da infraestrutura e proteção do patrimônio desportivo, bem como de medidas relativas a programas desportivos e convênios;
- XX. **Fiscalização:** trata-se de pedidos de informação a instituição ou órgão competente da Administração Direta ou Indireta. Busca verificar se determinada atividade ou matéria não se desvia dos objetivos ou princípios que a regem;
- XXI. **Segurança Pública:** dispõe sobre questões relativas à ordem pública; a preservação da segurança, da vida e do patrimônio dos cidadãos. Trata de questões inerentes a diminuição da violência e criminalidade em âmbito municipal;
- XXII. **Comunicação e Telecomunicações:** trata de temas relativos à publicidade e assessoramento de imprensa; e acompanha ações para a ampliação do acesso à tecnologia da informação e telecomunicações;
- XXIII. **Honraria:** dispõe sobre a concessão de títulos honoríficos e demais homenagens como congratulação e pesar por falecimento;
- XXIV. **Agricultura e Abastecimento:** versa sobre a segurança alimentar, agricultura familiar, fiscalização sanitária de produtos alimentícios e empresas comerciais de gêneros alimentícios. Dispõe sobre a temática agropecuária, agroindustrial e de abastecimento.
- XXV. **Denominação de logradouro:** são matérias que denominam vias, praças, passeios públicos, bem como demais estabelecimentos municipais (como bibliotecas, centro de especialidades médicas, parques etc.).

Além dessas categorias, construídas a partir dos temas principais, as proposições legislativas também foram classificadas a partir do nível de agregação – temas secundários. Partimos da tipologia criada por Taylor-Robinson e Diaz (1999) utilizada por Amorim Neto e Santos (2003) em estudo sobre a produção legislativa da Câmara dos Deputados. Na tipologia original as matérias são classificadas de acordo com sua abrangência em cinco diferentes categorias: individual, local, regional, setorial e nacional.

Esta tipologia é útil aos propósitos deste estudo, pois pretende captar os níveis de agregação e a formulação de políticas. Todavia, para o melhor desenvolvimento da análise, realizamos algumas adequações para a aproximação como o nosso objeto de estudo, centrado na política local. Dessa forma, os níveis de agregação mobilizados na análise são os seguintes:

- **Individual:** Atende a um único indivíduo, podendo ser pessoa física ou jurídica. As matérias possuem um interesse particular e não tem impacto relevante para os demais cidadãos.
- **Local:** Trata de questões específicas a uma determinada localidade ou bairro. Ainda que se refira a temas de interesse localizado, não possui um caráter particularista, mas sim bairrista. As matérias afetam, portanto, um grupo reduzido de pessoas e se caracterizam por sua dimensão comunitária.
- **Regional:** Trata de questões relativas a um conjunto de localidades – dois ou mais bairros. Atende a uma região limitada do município e se caracterizam por sua dimensão comunitária. Sem embargo, o contingente de cidadãos favorecidos pela matéria é maior.
- **Setorial:** Atende a um determinado grupo da população, delimitado por uma categoria profissional, portanto, se restringe a um segmento.
- **Geral:** É destinada a toda a população e se caracterizam por sua dimensão coletiva. Não possui caráter particularista ou setorizado e tem impacto de maneira direta ou indireta sobre o cotidiano de um maior número de cidadãos.

A partir dessas categorias analíticas examinamos cada uma das proposições legislativas encaminhadas pelos vereadores da Câmara Municipal no período de 2001 a 2008, como forma de saber *o quê* e *para quem* as proposições legislativas se voltaram. Os dados relativos ao conteúdo das proposições e da agenda do Legislativo estão disponíveis na Tabela 01:

Tabela 01- Conteúdo das proposições legislativas (2001-2004)

Área	Individual			Local			Regional			Setorial			Geral			Total		
	I	R	PL	I	R	PL	I	R	PL	I	R	PL	I	R	PL	I	R	PL
Administração e Política	3	38	-	-	1	1	-	-	-	3	14	3	6	42	43	12	95	47
Agricultura e Abastecimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	1	1	1
Comunicação e Telecomunicações	-	-	-	9	18	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	9	22	4
Cultura e Lazer	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-	-	2	1	14	3	2	15
Defesa do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	6	0	1	6
Denominação de logradouro	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	6	1	228	6	2	228
Direitos Humanos e Cidadania	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	7	6	26	7	6
Economia, Finanças e Orçamento	-	2	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	6	1	1	9	2	
Educação, Ciência e Tecnologia	-	-	-	7	6	-	-	-	-	1	-	2	4	10	21	12	16	23
Energia	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	3	0
Esporte	-	1	-	3	5	-	-	-	-	1	3	-	6	5	3	13	8	
Ética	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	2	0	
Fiscalização	-	8	-	-	145	-	-	7	-	-	22	-	-	1011	1	0	1193	1
Habitação	-	1	-	1	1	2	-	-	-	-	-	1	2	1	-	3	3	3
Honraria	1	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	-	1	2	1	9	18
Legislação e Justiça	-	2	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2	-	4	63	1	7	65
Meio Ambiente	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	3	7	16	3	8	17
Promoção Social	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	6	0	2	6
Proteção Animal	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	2	6	5	2	9	5
Relações do Trabalho	-	5	-	-	1	-	-	-	-	6	5	5	-	1	6	6	12	11
Religião	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	1	0	0	3
Saúde	-	1	-	7	8	1	-	-	-	1	2	5	12	30	12	22	33	
Segurança Pública	-	-	-	8	16	-	-	-	-	-	-	3	12	4	11	28	4	
Transporte e Trânsito	-	6	-	64	331	-	10	12	-	2	1	2	16	49	10	92	399	12
Urbanização, Obras e Saneamento	9	59	1	277	1287	-	12	27	1	2	5	1	16	65	12	316	1443	15
N	13	134	1	377	1827	7	22	46	1	15	53	42	75	1247	504	502	3307	555

Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos arquivos da Câmara Municipal de São Carlos.

* I: indicação; R: requerimento; PL: projeto de Lei

Conforme os dados apresentados na Tabela 01, a maior parcela de projetos de lei encaminhados pelo Legislativo no período de 2001 a 2004 se referem à denominação de logradouros¹⁰. Esses dados se observados isoladamente poderiam sugerir a baixa relevância da atividade legislativa dos vereadores.

Com certa frequência os representantes do Legislativo local, em qualquer que seja o município, são censurados quanto à pertinência do tipo de propositura que elaboram. Com razão, suas atividades são regularmente associadas à nomeação de ruas. Todavia, mais uma vez, torna-se imperioso retomar o fato de que aos vereadores está vedada a formulação de leis que gere despesa ao município, diminuindo o escopo para a legislação. Suas atribuições estão centradas, sobretudo, na fiscalização e assessoramento do poder Executivo.

No período analisado a área que concentrou maiores esforços na produção de indicações por parte dos vereadores foi Urbanização, Obras e Saneamento. Em razão da própria natureza do serviço solicitado estas proposições têm interesses localizados, com concentração em bairros específicos.

A tabela demonstra que o número de requerimentos formulados sobre temas de interesse social também é elevado. As áreas que concentram a maior iniciativa são Urbanização, Obras e Saneamento e Transporte e Trânsito. Nos dois casos a maior parcela dos pedidos é de interesse localizado. Contudo, é importante destacar que as proposições de interesse Local não atendem necessariamente a interesses particularistas. As matérias afetam um grupo reduzido de pessoas e se caracterizam por sua dimensão comunitária.

O maior número de requerimentos formulados no período tem como tema a fiscalização. Os requerimentos de informação são a forma modal de controle legislativo e são utilizados inclusive por parlamentares da base do governo. O que demonstra que mesmo os vereadores aliados exercem a sua atribuição fiscalizatória. De todo modo, o número de pedidos de informação enviados por esses vereadores, como se poderia esperar, é muito inferior a quantidade de solicitações de esclarecimentos formuladas pelos parlamentares da oposição.

O período investigado foi marcado por intensos conflitos no governo, que se efetivaram via pedidos de investigação (Martins, 2020). Ainda assim, no caso da fiscalização, muitas das informações concedidas pelo governo são pró-forma, não respondendo de fato aos questionamentos parlamentares.

Os requerimentos consistem em um importante instrumento na atuação dos vereadores. Sobretudo, quando estes encontram dificuldades em viabilizar através das indicações as demandas por serviços públicos, tanto de seus eleitores quanto dos cidadãos em geral. O que nos ajuda a compreender por que o número de requerimentos que tem como tema assuntos que são objeto de indicação é elevado.

Em razão da utilização do dispositivo de requerimento de maneira diversa daquela que prevê as regras internas da Câmara Municipal, a presidência da Casa no biênio de 2005-2006 instaurou a Comissão de Conformidade, como forma de garantir que os requerimentos formulados não abordassem assuntos que são objeto de indicação.

O trabalho realizado pela Comissão de Conformidade parece ter modificado a atuação parlamentar no que tange a formulação das proposições. A Tabela 02 traz os dados relativos à formulação proposições dos vereadores da Câmara Municipal de São Carlos entre os anos de 2005 e 2008:

¹⁰ Esse dado também se aplica ao período posterior (2005-2008).

Tabela 02- Conteúdo das proposições legislativas (2005-2008)

Área	Individual			Local			Regional			Setorial			Geral			Total			
	I	R	P L	I	R	P L	I	R	P L	I	R	P L	I	R	PL	I	R	PL	
Administração e Política	-	8	-	2	-	-	1	-	-	1	5	1	10	17	67	14	30	68	
Agricultura e Abastecimento	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2	-	1	3	0	1		
Comunicação e Telecomunicações	1	-	-	8	3	-	-	1	-	-	-	2	1	1	11	5	1		
Cultura e Lazer	-	-	-	4	-	-	-	1	-	-	-	1	3	1	7	7	2	8	
Defesa do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	8	2	1	8		
Denominação de logradouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	22	1	0	222		
Direitos Humanos e Cidadania	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2	11	3	2	11		
Economia Finanças e Orçamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	0	0		
Educação, Ciência e Tecnologia	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-	3	2	9	4	4	9		
Energia	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	6	1	0		
Esporte	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	6	-	2	8	0	2		
Ética	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	0	1	0	0		
Fiscalização	-	-	-	4	17	6	-	-	1	-	-	2	-	5	87	-	9	1055	0
Habitação	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	2	0	1		
Honoraria	-	1	2	-	-	-	-	-	-	3	-	7	-	-	1	3	1	10	
Legislação e Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	7	25	5	7	25		
Meio Ambiente	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	11	4	17	13	6	17		
Promoção Social	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	4	1	4	6	1	4	
Proteção Animal	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	0	4	3	
Relações do Trabalho	-	1	-	-	-	-	-	1	-	1	5	2	2	3	2	3	10	4	
Religião	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	0	0	4		
Saúde	-	-	-	7	1	-	-	3	-	-	1	1	12	3	22	19	6	23	
Segurança Pública	-	-	-	4	2	-	1	-	-	-	-	13	4	3	18	6	3		
Transporte e Trânsito	-	2	-	566	14	5	-	-	3	-	3	1	1	54	23	6	623	174	7
Urbanização, Obras e Saneamento	3	-	-	1512	25	3	-	7	3	-	-	-	61	30	2	1583	286	2	
	N	5	1	2	2118	58	1	9	1	0	1	17	20	98	41	2344	1602	433	

Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos arquivos da Câmara Municipal de São Carlos.

* I: indicação; R: requerimento; PL: projeto de Lei

Os dados da Tabela 02 demonstram que o número de indicações formuladas na segunda legislatura (2005 a 2008) é muito superior ao da primeira legislatura avaliada (2001 a 2004). A razão para o aumento na produção de indicações pode ser encontrada no trabalho da referida Comissão e também na modificação da relação instituída entre os poderes Legislativo e Executivo (Martins, 2020; Martins e Kerbawy, 2021).

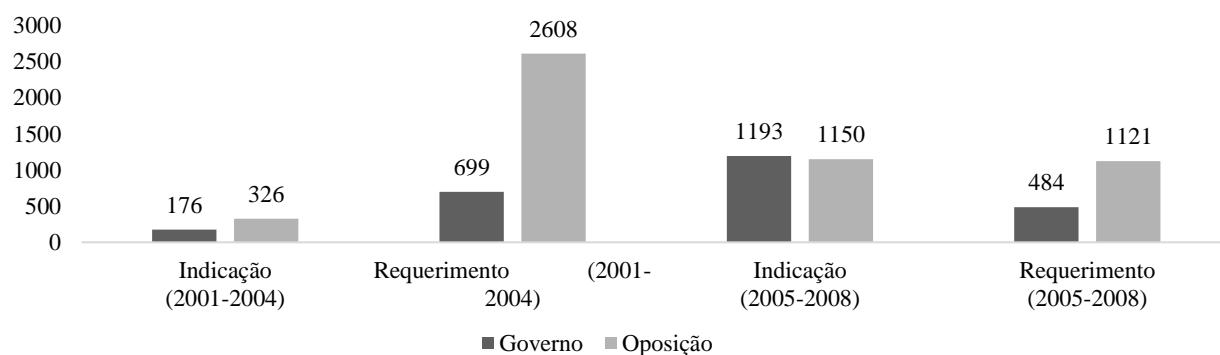
Em São Carlos entre os anos de 2005 a 2008 o poder Executivo contou com maioria governativa. Na prática, isso significou que as estratégias parlamentares seriam modificadas. Na medida em que os vereadores fariam parte do governo estes não encontrariam incentivos para a formulação de requerimentos com matéria de indicação.

Assim como na legislatura anterior o tema que recebeu o maior número de indicações foi Urbanização, Obras e Saneamento, seguido pelas sugestões voltadas ao tema dos Transportes. Novamente a categoria Local contou com a maior frequência. Se comparado ao período anterior o número de requerimentos enviados, sobretudo aqueles que tratam de temas de interesse social e serviços públicos, sofreu queda significativa.

De toda forma, o que se observa a partir da análise dos dados é que os temas de interesse da administração são mobilizados por meio de dispositivos legais diferenciados. Enquanto as categorias Administração e Política, Legislação e Justiça, Denominação de Logradouro, Educação, Ciência e Tecnologia, Direitos Humanos e Cidadania são objetos preferenciais de projetos de lei; a categoria Fiscalização é assunto dos requerimentos. Os temas que tratam de serviços públicos essenciais – e que tem impacto direto sobre o cotidiano do cidadão – são matéria de indicação e requerimento. Bem como as categorias Urbanização, Obras e Saneamento, e Transporte e Trânsito.

Destarte, a intensidade no uso de cada um desses dispositivos pode diferir de acordo com a posição dos atores no jogo político. O Gráfico 01 traz os dados relativos à utilização desses mecanismos por vereadores aliados ao governo e à oposição:

Gráfico 01 - Indicações e Requerimentos encaminhados pelos vereadores do governo e da oposição (2001-2008)



Fonte: Martins (2020).

Conforme demonstrado no Gráfico 01, a utilização dos requerimentos entre os vereadores da oposição é maior nos dois períodos. No entanto, na primeira legislatura (2001-2004) sua

utilização é mais intensa. Atribuímos este uso a já mencionada relação conflituosa entre os poderes Executivo e Legislativo naquele período, fato que não é observado durante a segunda legislatura (2005-2008) (Martins, 2020; Martins e Kerbawy, 2021).

A frequência no uso das indicações entre vereadores da oposição e governo é similar, o que demonstra que ao contrário dos requerimentos este não é um mecanismo estratégico. Este dado permite conjecturar que a depender do contexto político e da relação entre os poderes, na perspectiva do vereador, o uso dos requerimentos na sugestão de temas de interesse social pode ser mais eficaz do que o dispositivo de indicação, justamente por reivindicar resposta do Executivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta nota de pesquisa procurou cumprir três objetivos. Primeiro, buscamos assinalar alguns procedimentos necessários na construção da análise de documento e análise de conteúdo. Retomamos alguns conceitos fundamentais, como a própria noção de documento, bem como as etapas para a organização e sistematização da análise de conteúdo, conforme indicado por Bardin (1977). Segundo, buscamos explorar os elementos que constituem cada etapa reproduzindo-as em um estudo empírico, através da análise das proposições legislativas da Câmara Municipal de São Carlos/SP. Com isso, realizamos uma análise temática pautada na decodificação em categorias. Por fim, procuramos responder qual o conteúdo das proposições formuladas na Câmara Municipal. Sinalizando que os dados coletados no Legislativo municipal fornecem informações importantes em relação a pelo menos três elementos. São eles: 1) o tipo de matéria que é produzida na Câmara; 2) os assuntos que mobilizam a iniciativa dos representantes locais; 3) e a destinação de suas proposições.

No que tange a temática relativa à produção legislativa é possível destacar a maior frequência dos pedidos de serviços públicos de interesse social com implicação no cotidiano do eleitor, como é caso dos pedidos de realização de obras, reparos em vias públicas, melhorias em atendimentos e serviços municipais, expansão de redes de esgoto e energia elétrica, construção de creches, limpeza de terrenos, melhorias no trânsito, entre outras matérias.

Embora os pedidos tenham um caráter coletivo, em geral, são destinados a localidades específicas. O que não significa, necessariamente, que estas são políticas distributivistas. A própria natureza dos dispositivos de indicação e requerimento, por exemplo, exige que no momento do encaminhamento do pedido sejam especificados o objeto e a destinação do que foi solicitado.

O estudo procurou destacar ainda a importância dos dispositivos de assessoramento na produção legislativa municipal, e no exame do comportamento parlamentar. A utilização dos mecanismos em maior ou menor número pode estar associada a uma ação estratégica. Que deve ser pensada a partir da posição que os vereadores ocupam no jogo político. Nossa principal hipótese quanto ao uso dos dispositivos legais parece ser válida.

De maneira geral, a investigação do conteúdo das proposições é um instrumento importante para a compreensão do comportamento legislativo, da relação entre os poderes e da organização das instituições representativas. Embora este seja um estudo baseado em um caso particular, procuramos traçar considerações que contribuam para a agenda dos estudos legislativos subnacionais, suas metodologias e técnicas de pesquisa. Reafirmando a análise de

documentos e a análise de conteúdo como uma alternativa conveniente e proveitosa para esse tipo de investigação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Acir; LOPEZ, Felix (2014). Representação política local e clientelismo. In: ROCHA, Marta Mendes; Kerbauy, Maria Teresa Miceli. **Eleições, partidos, e representação política nos municípios**. Juiz de Fora: Editora UFJF.
- AMES, Barry (2003). **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FVG.
- AMORIM NETO, Octávio (2000). Gabinetes Presidenciais, Ciclos Eleitorais e Disciplina Legislativa no Brasil. **Dados**, v. 43, n.03, pp. 479-519.
- AMORIM NETO, Octávio e SANTOS, Fabiano (2003). O Segredo Ineficiente Revisto: O que propõem e o que aprovam os Deputados Brasileiros. **Dados**, v. 46, n. 04, pp.661-698.
- ÁVILA FILHO, Paulo M., LIMA, Paulo Cesar G. S; JORGE, Vladimyr L. (2011). Produção legislativa e intermediação de interesses: uma análise das Indicações na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. **35º Encontro Anual da Anpocs. GT 10 – Estudos Legislativos**.
- BARDIN, Laurence (1977). **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70.
- CELLARD, André (1998). A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino (1983). **Metodologia Científica**. 3^a Edição. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando (1995). Mudança Constitucional, Desempenho Legislativo e Consolidação Institucional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29, pp. 175-200.
- _____. (1999). **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- _____. (2002). Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária. **Dados**, v. 45, n. 2, pp. 303-344.
- _____. (2009). Poder de Agenda e políticas substantivas. In: INACIO, Magna e RENNÓ, Lucio (2009). **O Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada**. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- GOMES, Fabio de Barros C. (2013). **Produção Legislativa no Brasil: visão sistêmica e estratégica no presidencialismo de coalizão**. Brasília: Câmara dos Deputados/Edições Câmara.
- LEMOS, Leany. (2001) O Congresso Brasileiro e a Distribuição de Benefícios Sociais no Período 1988-1994: uma análise distributivista. **Dados**, v. 44, n. 03, pp. 561-605.
- LEMOS, Leany; RICCI, Paolo (2004). Produção Legislativa e Preferências Eleitorais na Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55 pp. 107-130.
- _____. (2011) Individualismo e Partidarismo na Lógica Parlamentar: o antes e o depois das eleições. In: POWER, Timothy J.; ZUCCO JR, Cesar. **O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- MAINWARING, Scott P. (1999). **Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization. The Case of Brazil**. Stanford: Stanford University Press.

MARTINS, Thais Cavalcante (2015). **Organização e funcionamento da política representativa local: o caso do município de São Carlos**. Dissertação de mestrado. São Carlos: UFSCar.

_____. (2020). Instituições, comportamento e produção legislativa: um estudo da organização e funcionamento do legislativo municipal de São Carlos. In: MENEGUELLO, Rachel; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Política em São Paulo: uma análise da dinâmica político-partidária no Estado**. Campinas: Editora Unicamp.

MARTINS, Thais Cavalcante; KERBAUY, Maria Teresa Miceli (2021). Instituições informais, emendas parlamentares e processo legislativo na Câmara Municipal: Lições do caso de São Carlos/SP. **Revista E-Legis**, Brasília, n. 35, pp. 180-201.

MAYHEW, David (1974). **Congress: The Electoral Connection**. New Haven and London: Yale University Press.

RICCI, Paolo (2003). O conteúdo da produção legislativa brasileira: leis nacionais ou políticas paroquiais?. **Dados**, v.46, n.4, pp.699-734.

RICHARDSON, Jarry Roberto (2012). **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3^a Edição. São Paulo: Editora Atlas.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo (2003). Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. **Dados**, v. 46, n.04, pp. 735-771.

SANTOS, Fabiano. (1997). Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira. **Dados**, v.40, n.03, pp.465-492.

_____. (2003) **O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.

Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, n.1, pp. 01-15.

TAYLOR-ROBINSON, Michelle M.; DIAZ, Christopher. (1999). Who Gets Legislation Passed in a Marginal Legislature and is the Label Marginal Legislature Still Appropriate? A Study of the Honduran Congress. **Comparative Political Studies**, n. 32, pp. 589-625.